

O *RISCONTRO*: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA E A HISTÓRIA EM MAQUIAVEL

Patrícia Fontoura Aranovich¹

Resumo: O texto trata do termo *riscontro* que, tal como posto na obra de Maquiavel, permite reencontrar e retrabalhar questões que concernem à relação entre natureza e a história do ponto de vista das possibilidades de sucesso e fracasso da ação humana, tanto no aspecto prático como teórico.

Palavras-chave: Maquiavel; História; Política; Prudência; *Virtù*.

Abstract: The paper deals with the term *riscontro* that, as put in Machiavelli's works, allows rediscovering and reworking issues which concern the connections between nature and history from the point of view of the possibilities of success and failure of human action, both in the practical and theoretical aspects.

Keywords: Machiavelli; History; Politics; Prudence; *Virtù*.

1 Introdução

O objetivo deste texto é apresentar algumas considerações sobre a relação entre história e política na obra de Maquiavel por meio da discussão do termo *riscontro*. Nesta discussão, vemos o entrelaçamento dos principais temas relativos ao lugar da história em sua obra e, conseqüentemente, da própria natureza da obra, dada a onipresença da história que nela se observa, em especial nos três principais e mais conhecidos escritos: “O Príncipe”, os “Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio” e a “História de Florença”².

Dada essa percepção sobre a natureza da obra maquiaveliana, vários são os caminhos de interpretação que se podem tomar. A questão que norteia a presente reflexão é sobre o encontro entre homem e história que, fundamentalmente, é referente ao que impera na condução da histó-

ria, se é a vontade humana ou se são as circunstâncias. Esta questão pode ser ainda tomada de duas perspectivas, a do príncipe, em que os termos mais empregados são fortuna e *virtù*, e a perspectiva do cidadão, em que o vocabulário utilizado frequentemente remete à ideia de tempos e de modos – entendam-se modos de proceder³. A primeira perspectiva é apresentada principalmente em “O Príncipe”, enquanto a segunda é lida nos *Discursos*. Isso não significa que esse vocabulário seja exclusivo, mas que mais comumente o encontramos, respectivamente, nesses livros.

O termo *riscontro* pode ser traduzido simplesmente como encontro ou confronto e, como tal, é empregado algumas vezes por Maquiavel até mesmo em situações inteiramente corriqueiras⁴. Portanto, *riscontro* não é um termo técnico específico como, aliás, acontece com a maioria dos termos empregados por Maquiavel⁵. Há, no entanto, dois empregos do termo que nos interessam por referirem-se a considerações acerca do fazer histórico e do conhecimento da história, no sentido que entendemos essa palavra, ou das coisas do mundo, como era denominada⁶.

Vemos que há um sentido em que o *riscontro* indica o encontro entre dois momentos, temporal e espacialmente diversos, do ponto de vista da semelhança:

Os homens prudentes costumam dizer, não por acaso nem indevidamente, que quem quiser saber o que haverá de acontecer deverá considerar o que já aconteceu; porque todas as coisas do mundo, em todos os tempos, encontram correspondência nos tempos antigos [*hanno il proprio riscontro con gli antichi tempi*]. Isso ocorre porque, tendo sido feitas pelos homens, que têm e sempre tiveram as mesmas paixões, tais coisas só poderão, necessariamente, produzir os mesmos efeitos. (*Discursos*, III, cap. 43.).

Neste caso, ao estabelecer uma relação entre os modos de proceder e os tempos, o *riscontro* indica a possibilidade da utilização do conhecimento das coisas do mundo como guia das ações. Assim, o tema do *riscontro* concerne, por um lado, à exemplaridade das coisas do mundo e, por outro, às possibilidades abertas aos homens de construir no mundo, isto é, da política. Mas, antes de passarmos ao que se poderia chamar de emprego teórico do termo *riscontro*, precisamos tratar de seu uso prático – visto que é pela compreensão da natureza da ação humana que se pode alcançar

a filosofia política de Maquiavel – para, por fim, reencontrarmos o aspecto teórico que abre espaço para a ação humana a mais livre possível.

Há outro sentido em que *riscontro* significa o momento em que uma ação humana entra em acordo com as circunstâncias presentes ou ajusta-se a elas provocando um resultado favorável. Em termos gerais, este *riscontro* diz respeito ao fazer humano ou, mais precisamente, ao encontro entre a natureza humana e a natureza dos tempos⁷. O juízo geral é que, se não houver qualquer encontro entre os modos de proceder e a natureza dos tempos, a ação não poderá ser bem sucedida. Assim, esses termos dizem respeito às circunstâncias concretas e que circunscrevem qualquer ação. Essas circunstâncias são praticamente insuperáveis e dificilmente se vergam à vontade de um homem que queira agir num sentido inteiramente oposto ao que se inclinam os tempos, a fortuna ou a ocasião.

Diante do que é imposto pela necessidade, podemos ver em Maquiavel os aspectos humanos do fazer a história, isto é, da ação. A questão da liberdade está associada no pensamento da tradição cristã à liberdade humana diante de Deus, o problema de Maquiavel é a liberdade em situação, ou melhor, a liberdade política. No vocabulário de Maquiavel, a liberdade (*libertà*) é uma categoria pública ou coletiva: "*loro libertà, libertà della città, libertà del povo*", a exceção é o livre-arbítrio, que aparece no capítulo 25 de "O Príncipe". O termo que ele utiliza para tratar de uma ação não necessária é a escolha [*elezione*]. Assim, os homens têm escolha, o que chamamos de liberdade, isto é, são capazes de agir de acordo com seus desejos. A análise feita da ação humana refere-se, quase sempre, aos modos de proceder dos homens, a que ele designa, genericamente, "*modi*". Esses modos de proceder têm um caráter necessário na medida em que cada homem possui uma natureza que lhe é própria, dada por suas inclinações naturais. O encaminhamento desta questão sobre os modos de proceder dos homens é, tradicionalmente, a discussão moral sobre as virtudes. Sabemos que Maquiavel não vai exatamente nessa direção ou, ao menos, não da maneira como habitualmente se vai. Mais que um recurso retórico tradicional para enfatizar a novidade de seus ensinamentos, sua declaração sobre seu afastamento na matéria da filosofia moral precede um embaraçamento dos termos ciceronianos do útil e do honesto: "como sei que muitos já escreveram sobre esse assunto, temo que, escrevendo eu também, seja considerado presunçoso, sobretudo porque, ao discutir esta matéria, me afastarei do que foi prescrito pelos outros" (*O Príncipe*, cap. 15).

Entretanto, ele não deixa de refletir sobre esses modos de proceder dos homens, tanto em “O Príncipe” como nos *Discursos*, pois, sem essa discussão, não seria possível pensar a ação humana, isto é, o agir histórico. Os termos envolvidos nesta reflexão são, sobretudo, a *virtù* e a prudência, cuja inserção na questão será exposta ao longo do texto e, pelo que vemos, as virtudes não estão, de modo algum, excluídas da discussão, em que pese o afastamento proclamado pelo autor.

No encontro entre a ação humana e a natureza dos tempos observamos que há duas possibilidades: esse encontro é dado por uma ação refletida ou é fruto do acaso. Em outros termos, o *riscontro* pode se dar de modo natural ou artificial (e ainda que esses modos não sejam declarados nesses termos por Maquiavel, as palavras não fogem ao espírito da época). O encontro entre a ação humana e a natureza dos tempos pode ocorrer naturalmente, quando o homem segue principalmente sua natureza ao agir, ou artificialmente, quando a reflexão guia seus modos.

O *riscontro* natural se dá quando a *virtù* ou a inclinação natural se encontram com a natureza dos tempos e, nesse caso, não se pode afirmar que houve liberdade na ação ou, mais propriamente, que houve escolha. Em termos simples, se os homens agem como estão habituados a agir, por suas inclinações naturais e o encontro entre esses modos de proceder e os tempos nos quais eles agem é positivo, não se pode afirmar que o encontro foi de algum modo previsto e planejado. Nesse caso, o sucesso ou fracasso da ação é, por assim dizer, ditado pela natureza. Assim, o sucesso de uma ação se dá pelo encontro favorável das circunstâncias e o modo de proceder dos homens, sempre levando em consideração o contexto político.

Deste caso, vemos a exposição de Maquiavel nos capítulos 8 e 9 do livro 3 dos *Discursos*, em que ele expõe a ideia de natureza dos tempos. O capítulo 9 analisa primeiramente o caso de Fábio Máximo e sua campanha contra Aníbal, narrada por Tito Lívio no livro XXVIII de sua *História de Roma* e, em seguida, mais brevemente, o de Piero Soderini e o de Júlio II⁸, isto é, coisas antigas e modernas. Ele abre o capítulo com reflexões muito semelhantes às do capítulo 25 de “O Príncipe”⁹, que veremos à frente:

Já considerei várias vezes que a razão da má e da boa fortuna dos homens vem do ajuste [*riscontro*] de seu modo de proceder com os tempos: porque se percebe que alguns homens, em suas ações, procedem com ímpeto, e outros com cir-

cunspecção e cautela. E como, nesses dois modos, são ultrapassados os limites convenientes, por não se observar a verdadeira via, em ambos se erra. Mas erra menos e tem a fortuna próspera quem, como já disse, ajusta [*riscontra*] seu modo aos tempos e sempre procede conforme o força a natureza [dos tempos]. (*Discursos*, III, 9).

Fábio, cauteloso e circunspecto, foi bem sucedido enquanto os tempos lhe eram favoráveis, ou, como é dito, “a boa fortuna fez com que esse seu modo estivesse bem ajustado aos tempos” (*Discursos*, III, 9). Os tempos, determinados pela chegada do vitorioso Aníbal à Itália, em um momento em que “a república estava acovardada e quase desprovida de boa milícia” (*Discursos*, III, 9), pediam um comandante cauteloso. Maquiavel considera, entretanto, esse modo de Fábio menos como uma boa qualidade do que como um obstáculo para si e para a república:

E viu-se que Fábio fazia aquilo por natureza, e não por escolha, quando se opôs a Cipião com a força de quem não podia arredar-se de seus modos [de proceder] e de seus costumes, no momento em que este queria entrar na África com aqueles mesmo exércitos, para pôr fim à guerra; de tal modo que, se dependesse de Fábio, Aníbal teria continuado na Itália, pois ele não se apercebia que os tempos tinham mudado, e era preciso mudar o modo de travar a guerra. (*Discursos*, III, 9).

Se rei de Roma, Fábio a teria posto a perder, por ser cidadão pode ser substituído por Cipião, que, com outras inclinações, alcança a vitória. Os cidadãos despersionalizam os modos do comando e, com isso, criam possibilidades muito menos limitadas para os encontros: “assim como houve um Fábio, que, no tempo devido, foi ótimo para conter a guerra, também houve depois um Cipião, nos tempos que favoreciam a vitória” (*Discursos*, III, 9). Isso permite a Maquiavel acrescentar, o que não teria sido apropriado em “O Príncipe”, uma conclusão fundamental com relação às naturezas da monarquia e da república, com respeito à sua duração. Os limites dos principados, inclusive de duração, são determinados diretamente pelos limites de seu dirigente.

Disso provém que as repúblicas têm vida mais longa e mais demorada boa fortuna que os principados, porque podem, mais que os príncipes, acomodar-se à diversidade dos tempos, em razão da diversidade dos cidadãos que nelas há. Porque o homem que está habituado a proceder de um modo nunca muda, como se disse; e, necessariamente, quando os tempos mudam e deixam de conformar-se a seu modo, advém-lhes a ruína (*Discursos*, III, 9).

Isso não significa que as repúblicas não tenham suas limitações, que, ao serem retiradas das pessoas, repousam em suas ordenações, o que não deixa de ser apontado logo em seguida:

Daí também provém a ruína das cidades, por não variarem com os tempos as ordenações das repúblicas, [...] porém, estas são mais lentas, porque lhes custa mais variar, visto ser preciso que sobrevenham tempos que comovam toda a república, para o que a variação no modo de proceder de um só homem não basta (*Discursos*, III, 9).

Em resumo, as fragilidades dos corpos políticos variam de acordo com os regimes e, embora não se equivalham, determinam a finitude do corpo, e, por isso, não é suficiente passar do regime monárquico para o republicano para assegurar a estabilidade do corpo político. Ao transmitir o essencial da administração das coisas da pessoa do rei ou do grupo de governantes para as ordenações, recai-se em outra rigidez. Comparando isso com a posição de Cícero, para quem as instituições condensavam o saber de gerações de homens sábios e, portanto, eram as melhores¹⁰, vemos que Maquiavel considera que as instituições não necessariamente se aperfeiçoam com o tempo e que apenas o encontro frequente entre os tempos e as ordenações seria o empecilho à ruína. O *riscontro*, desse modo, deixa de ser apenas o encontro entre a ação humana, compreendida como a ação pontual de um homem, e os tempos, e torna-se o encontro entre a construção de toda estrutura política e as mudanças dos tempos, o que nos aproxima da imagem dos diques e barreiras erguidos ao ímpeto furioso da Fortuna do capítulo 25 de “O Príncipe”.

Já o capítulo 8, antes referido¹¹, diz respeito aos assuntos internos da república, sendo analisado o caso de Mânlio Capitolino, referido por

Tito Lívio no livro VI. De forma semelhante ao que vai fazer no capítulo seguinte, e que havia feito no capítulo 25 de “O Príncipe”, ele afirma que é preciso haver um acordo entre a ação humana e a natureza dos tempos. Os exemplos trazidos para comprová-lo são os de Espúrio Cássio e de Mânlio Capitolino, cidadãos no período republicano de Roma que buscaram corromper a república, ou seja, transformá-la de república em principado, usurpando a autoridade das coletividades, como são compreendidas a plebe e o senado, pelo império de um só. Mânlio é visto como exemplo maior dessa cupidez, o que, acompanhado dos elogios a sua *virtù* de corpo e ânimo que lhe são feitos ao longo de toda obra, ao lado da condenação por seus crimes contra a mesma república que ajudara a salvar, o aproxima do magnânimo, tal como retratado por Cícero, ainda que Maquiavel não use esse termo. Tal como ocorre no texto analisado, a cupidez, tida por um mal que atinge os homens magnânimos¹², é caracterizada por um desejo de grandeza que ultrapassa os limites dados pelas ordenações de um regime republicano. A cupidez identifica-se à ambição, que é apontada por Maquiavel como vício próprio da nobreza. O patricio Mânlio Capitolino é o grande exemplo deste capítulo não apenas por seus erros, como por seus méritos:

porque por ele se vê como a *virtù* de alma e corpo, como as boas ações realizadas em favor da pátria são anuladas pela torpe cupidez de reinar; esta, como se vê, nasceu nele da inveja que sentia das honras prestadas a Camilo; e chegou a tal ponto a cegueira de sua mente que, não pensando no modo de vida da cidade, não examinando o sujeito dele, que não era adequado a receber ainda uma má forma, pôs-se a criar tumultos em Roma contra o senado e contra as leis pátrias. (*Discursos*, III, 8).

Em seguida, Maquiavel faz um elogio à Roma, à bondade da cidade do ponto de vista de sua forma e de sua matéria¹³, ou seja, os próprios cidadãos são defensores da república e ninguém favorece Mânlio, e sua cupidez se extingue por não haver um terreno fértil, porque todos pensavam em manter o estado, isto é, manter a forma republicana. Isso significa que, no tempo de Mânlio, a matéria era apta àquela forma. A plebe e o senado se unem, então, contra Mânlio e a razão disso é que os tempos não eram favoráveis às suas aspirações.

Pelo que devem ser consideradas duas coisas: uma é que os modos de se buscar a glória numa cidade corrompida são diferentes dos modos de uma cidade ainda viva politicamente; outra (que é quase a mesma coisa) é que os homens, nos seus procedimentos e sobretudo nas grandes ações, devem considerar os tempos e a eles se adaptar. E, no mais das vezes, vivem infelizes aqueles que, por má escolha ou natural inclinação, não estão de acordo com os tempos, e suas ações têm mau êxito, ao contrário dos que estão de acordo com os tempos. (*Discursos*, III, 8).

Portanto, a *virtù* de alma e corpo – pois esta não é negada a Mânlio – leva à glória apenas se seu desejo for adequado aos tempos, o que faz com Maquiavel afirmar que Mânlio “teria sido um homem raro e memorável se tivesse nascido numa cidade corrompida” (Idem, *ibidem*). Nessa possibilidade apontada acerca da adaptação aos tempos, ter sucesso pode implicar uma capacidade mais profunda de alterar o curso dos acontecimentos. Quando as coisas levam numa determinada direção, a ação, ao encontrá-las, constrói um caminho, ao mesmo tempo em que entra na corrente para onde as coisas estão indo; ou seja, a possibilidade dos homens de fazer a história é mais eficaz quando as coisas já caminham nessa direção. Por exemplo, numa cidade corrompida, o desejo de corromper se encontra com a corrupção, enquanto que a integridade de um corpo político republicano não tem um bom encontro com a ambição de alguém que queira reinar. O fator determinante, portanto, é a natureza dos tempos:

se Mânlio tivesse nascido nos tempos de Mário e Sila, quando a matéria já estava corrompida, e ele poderia ter-lhe imprimido a forma de sua ambição, talvez tivesse obtido os mesmos seguimentos e o mesmo resultados que Mário e Sila obtiveram, bem como os outros que, depois destes, aspiraram à tirania. Assim também, se Sila e Mário tivessem vivido nos tempos de Mânlio, já em seus primeiros feitos teriam sido reprimidos. Porque um homem pode muito bem começar a corromper o povo de uma cidade com seus modos e seus propósitos maus, mas é impossível que a vida de um só homem baste para corrompê-la de tal maneira que ele mesmo

colha os frutos. (Idem, Ibidem).

A cidade incorrupta é aquela politicamente viva, ou seja, civilmente viva¹⁴, em que as leis estão vivas e seu império está acima dos homens que possam deturpá-las, individual ou coletivamente. Nessa cidade, encontram-se matéria e forma. Esse encontro ou o seu contrário importa para pensar a capacidade de um homem de afetar os tempos, pensar o quanto pode pesar nesse todo que é a cidade, suas ordenações, seu povo, suas divisões e tudo mais que a compõe. Quanto menos a forma da cidade se encontra com a matéria, mais é possível que um homem possa fazer suas intenções se concretizarem. Isso faz com que não se possa levar com facilidade uma república sã à tirania, mas significa também que dificilmente se pode levar uma cidade que era uma tirania a se tornar um estado livre¹⁵. Portanto, Maquiavel apresenta a ação humana em relação às suas possibilidades de intervir no curso do corpo político, considerando que os homens se deparam com condições que são ou não favoráveis às suas intenções.

Examinado o *riscontro* natural e, antes de entrarmos naquele que foi chamado de artificial, devemos esclarecer algo que estava implícito na ideia de *riscontro* natural: a ocasião. A ocasião não foi tratada antes por falar-lhe a reflexão que lhe é suposta. Isso não quer dizer que a ação natural não implique a ocasião, na verdade se poderia quase dizer que a ação natural, quando bem sucedida, é puramente ocasional, mas lá a ocasião apenas podia ser entendida em sentido fraco.

Há, portanto, uma forma de *riscontro* que não pode ser explicada nem pela noção de naturalidade nem de artificialidade, representada na capacidade de um homem de reconhecer e apanhar a ocasião, aqui entendida em sentido forte, que é apresentada no capítulo 6 de “O Príncipe”. Não se trata mais o *riscontro* absolutamente natural entre o homem, agindo de acordo com sua natureza e a natureza dos tempos, que é ou não adequada a esse modo de agir, mas da capacidade de perceber que aquele tempo é o tempo oportuno para uma determinada ação. Assim, a capacidade de avaliação interfere não propriamente criando a ocasião, pois esta não é criada, mas dada. Apanha-se ou agarra-se a ocasião, pois ela é apresentada, inicialmente, como um momento fugidivo, o que é marcado pela iconografia a ela vinculada, que é evocada por Maquiavel¹⁶. Este é o caso dos que são chamados por Maquiavel de homens excelentes, que conse-

guem realizar seus desígnios elevados¹⁷, por perceberem o tempo oportuno, isto é, por reconhecerem o momento do encontro:

Examinando suas ações e suas vidas, veremos que não receberam da fortuna mais do que a ocasião, que lhes deu a matéria para poderem introduzir nela a forma que lhes aprouvesse. E, sem ocasião, a *virtù* de seu ânimo se teria extinto, assim como, sem a *virtù*, a ocasião teria vindo em vão. (*O Príncipe*, cap. 6).

O *riscontro* sempre diz respeito à percepção da natureza das coisas, que é o reconhecimento da matéria: qual é de fato o estado das coisas naquele momento preciso – como está organizado o exército, quantos homens este exército tem, se estão bem ou mal treinados, como está distribuída a população, quais suas ocupações; trata-se, pois, de perceber como aquele povo, aquele território, aquelas pessoas, estão ordenadas ou desordenadas. A forma é dada pelo desejo daquele homem de reconfigurar essa matéria e o fracasso ou o sucesso depende propriamente de se essa matéria é ou não apta, naquele momento, ao desejo desse homem¹⁸. O *riscontro* se dá, então, no ajuste do desejo à matéria. Poder-se-ia, afirmar, em outros termos, que, para Maquiavel, o homem faz a história, mas não do modo como deseja.

Entretanto, à medida que avançamos na leitura e descrição das ocasiões que efetivamente se apresentaram a esses grandes homens, percebemos que se trata de um conjunto de circunstâncias propícias que englobam todo o percurso que um determinado povo faz até chegar aquele momento em que está pronto. A complexidade do exemplo vai além da menção ao alvo elevado, mais que isso, ao mesmo tempo em que temos um fator mítico na evocação de personagens como Moisés, Teseu e Rômulo, há uma concretude muito grande na descrição da ocasião, isto é, do momento em que puderam por em uso a *virtù*. É um momento gestado lentamente, uma conjuntura histórica complexa. Assim, a ocasião é figurada como momento fugidio e, ao mesmo tempo, como fruto de um processo de longa duração, o que quase nos faz duvidar da rapidez necessária para agarrá-la, do ponto de vista da possibilidade de perdê-la, e em pensar que esse movimento do apanhar responde menos por isso do que pelo ímpeto que se supõe necessário ao conquistador. Assim como – segundo a medicina hipocrática, cujo vocabulário é constante em

Maquiavel – na doença há o momento da crise, na qual o remédio é eficaz, a ocasião é o tempo oportuno em que o desejo tem um efeito correto, porque foi feita a avaliação correta e teve força para aplicar o remédio. Nesse caso, a *virtù* não se transfigura em mera ambição ou cupidez, mas vai ao encontro dos tempos.

Passando agora ao *riscontro* artificial, veremos que os termos se modificam e abarcam, sobretudo, os conceitos de exemplo, imitação, prudência e *virtù* ordenada. No capítulo 25 d e “O Príncipe” reencontramos o *riscontro* em sua forma prudencial. O texto inicia com a figura do homem prudente, ao contrapor o governo das coisas do mundo por Deus e pela Fortuna e o descontrole dos homens, e oferece como alternativa a capacidade humana de governá-las parcialmente. Não nos interessa no momento essa questão, mas propriamente a maneira de controle da outra metade, o que é a construção metafórica de barreiras e diques, como se opõe à fortuna num corpo político. Logo após apresentar a fortuna como rio impetuoso, aparece a *virtù* ordenada – “a fortuna, que demonstra sua potência onde não encontra uma *virtù* ordenada, pronta para resistir-lhe, e volta seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques nem barreiras para contê-la” (*O Príncipe*, cap. 25) – e, nesta expressão, importa pensar o sentido de ordenada e o que ela acrescenta à ideia de *virtù*¹⁹, que, normalmente, é considerada suficiente como atributo do príncipe.

No entanto, vemos também que a força não basta, pois a força desenfreada se esgota em si mesma, e é necessária a prudência. É precisamente essa união entre a força e a prudência que Maquiavel indica na expressão ‘*virtù* ordenada’ que se aplica tanto às ações dos príncipes e magistrados como a dos exércitos, ou seja, pode ser referente a um homem ou a uma coletividade. A melhor expressão dessa *virtù* ordenada encontramos na descrição dos tipos de exércitos feita nos *Discorsi*, em que o termo ‘*virtù* ordenada’ caracteriza um exército propriamente ordenado e disciplinado²⁰. Um exército que tem *virtù* nesse sentido mais físico pode não ter chance contra outro talvez menos forte, mas melhor ordenado. A *virtù* precisa ser disciplinada para agir com sentido; a força precisa ser canalizada para um objetivo. Apenas com força não é possível resistir, ou resiste-se de modo desordenado, como Maquiavel julga ser o caso da Itália. A *virtù* apropriada refere-se, também e sobretudo, à força militar:

Se considerardes a Itália, que é sede dessas variações, vereis que ela é um campo sem diques nem qualquer defesa; caso ela fosse defendida por uma *virtù* apropriada, como a Alemanha, a Espanha e a França, ou essa cheia não teria causado as grandes variações que ocorrem, ou estas nem sequer teriam acontecido (*O Príncipe*, cap. 25).

Ainda que, no final do capítulo 25, Maquiavel defenda a impetuosidade contra a cautela, o que é notável, neste capítulo, é a ideia de que a força deve ser ordenada. Se a impetuosidade é uma *virtù* desordenada e a cautela uma *virtù* muito contida, o que ele preconiza é a *virtù* ordenada, pois é calculada em função dos tempos. Surge-nos, então, a pergunta: é possível existir esse príncipe? Em relação a isso Maquiavel vê muitas dificuldades em razão da inflexibilidade humana, ou seja, a incapacidade dos homens de mudar quando as circunstâncias indicam que isso é necessário, o que, evidentemente, impõe obstáculos à eficácia do ensinamento exemplar. Essa, entretanto, não é a questão relevante, e o que de fato importa para a compreensão das formas de governo e da política de modo mais amplo, retornando aos capítulos dos *Discorsi* examinados, é que o mais seguro, do ponto de vista da saúde do corpo político, é a garantia que o regime republicano proporciona de uma vida mais vigorosa, ainda que subsista a rigidez dada pelas ordenações e sua consequente superioridade em relação à monarquia. Maquiavel pensa o mundo extremamente móvel, pela própria natureza dos homens e das coisas. É por esta razão que não pode haver uma forma política perene, isto é, uma forma fixa não pode ter qualquer perspectiva de eternidade; se pudesse haver, talvez, um corpo político perene, ele precisaria ser tão ágil em suas mudanças como são as coisas do mundo, o que não é possível nem na monarquia, nem na república, uma porque é impedida pela rigidez do governante, a outra pela rigidez das ordenações. Não é a perfeição da ordenação que traz estabilidade, ao contrário, assim como nos homens é a flexibilidade que garante o sucesso, nos corpos políticos é a capacidade de alterar-se ao longo do tempo que permite a ele perdurar.

Por sua vez, o que possibilita a ordenação da *virtù* é a prudência. Vimos, no capítulo 6 de “O Príncipe”, que o homem prudente segue os caminhos trilhados pelos homens excelentes:

Pois, como os homens sempre trilham caminhos percorridos por outros, procedem em suas ações com imitações, mas não são capazes de manter totalmente os caminhos dos outros nem de alcançar a *virtù* daqueles que imita, um homem prudente deve sempre começar por caminhos percorridos por homens grandes e imitar os que foram excelentes. Assim, mesmo que não alcance sua *virtù*, pelo menos mostrará algum indício dela, fazendo como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem atingir e conhecendo até onde chega a *virtù* de seu arco, orientam a mira para bem mais alto que o lugar destinado, não para alcançar com sua flecha tamanha altura, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao objetivo (Idem, cap. 6).

A prudência, que leva à escolha do exemplo do homem excelente, também é o que leva a avaliar a similitude²¹ entre os tempos:

Os homens prudentes costumam dizer, não por acaso nem indevidamente, que quem quiser saber o que haverá de acontecer deverá considerar o que já aconteceu; porque todas as coisas do mundo, em todos os tempos, encontram correspondência nos tempos antigos. Isso ocorre porque, tendo sido feitas pelos homens, que têm e sempre tiveram as mesmas paixões, tais coisas só poderão, necessariamente, produzir os mesmos efeitos (*Discursos*, 2007a, III, cap. 43).

Assim, a partir da prudência, compreendida como a capacidade de perceber os tempos aos quais é preciso adaptar-se, chegamos à imitação²², que se dá a partir do exemplo retirado das histórias como fragmento do tempo ou como modelo de modo de proceder. No entanto, a percepção da excelência do homem não é suficiente para assegurar que a imitação será bem sucedida, pois o sucesso depende da conjunção entre ato e circunstância, o exemplo visa apreender o como foi feito, mas principalmente as circunstâncias nas quais algo foi feito, porque esse é o ponto de partida da ação refletida.

Para guiar-se e agir entre as circunstâncias e nas necessidades, há o exemplo (passado ou presente) e a possibilidade da imitação, dois lados da mesma concepção sobre o tempo e o humano. É em razão da possibilidade dos exemplos oferecerem uma abertura para a ação no presente, isto é,

a imitação, que os homens podem livrar-se da alternativa de deixarem-se governar-se à sorte²³ e podem governar a si mesmos.

O exemplo não tem valor em si mesmo, mas apenas a partir do momento em que a reflexão leva a avaliar que é possível não apenas repetir o exemplo, mas repetir o exemplo nesse encontro com os tempos. Trata-se, então, de um ajuste muito mais fino, mais preciso do que simplesmente imaginar que se está seguindo o exemplo de um grande homem ao pretender agir como Alexandre e conquistar a Ásia. O valor do exemplo, desse modo, fica condicionado, como matéria de reflexão, às circunstâncias que o tornaram possível e, como imitação, às circunstâncias que podem fazer dele um alvo possível. Portanto, a imitação não se opõe à escolha, pois não é cópia nem submissão ao modelo ancestral, mas a elevação da expectativa, e também é livre porque implica a capacidade de intervir não apenas na natureza dos tempos, como na própria natureza, suplantando, em alguma medida, suas inclinações naturais. Assim, a imitação é uma ação prudente de liberdade/escolha diante da necessidade, ciente de que o passado mostra as possibilidades de confrontar e de encontrar as coisas do mundo. Desse modo, é pelo conhecimento histórico que reencontramos o aspecto teórico que abre espaço para ação humana a mais livre possível, ditada pela escolha²⁴.

A prudência é, portanto, um recurso tanto para a ação individual como para a coletiva. Não é porque na república a variedade de homens supre a capacidade do príncipe de variar de acordo com os acontecimentos que a prudência é desnecessária. Ela é essencial principalmente no que diz respeito à construção da ordenação, mas é importante também para a escolha dos homens adequados a cada situação, pois se Roma tivesse escolhido Cipião para comandar nos tempos de Fábio, e vice-versa, Aníbal poderia ter vencido a guerra.

À guisa de conclusão, é preciso observar que não se pode afirmar que a discussão mais aprofundada desse termo, o *riscontro*, acrescente propriamente algo ao exame da relação entre história e política, no sentido de trazer um elemento imprescindível para sua compreensão. Entretanto, pode-se dizer que, ao pensar esta relação a partir dele, torna-se possível unificar os temas e termos pertinentes a ela, centralizando e propiciando seu encontro. Assim, mesmo não tendo exaurido, evidentemente, nem a análise do termo *riscontro*, nem a questão da relação entre política e história, foi possível apontar como é relevante para a filosofia da história

de Maquiavel o encontro entre os tempos, entre os modos de um homem e os tempos, entre a forma e a matéria, entre desejos e circunstâncias. Maquiavel não é o pensador da concórdia e sua obra é marcada pelo elogio do conflito, o que não significa que, para ele, a política não precise buscar, para subsistir em meio a toda mobilidade das coisas do mundo, os encontros.

Notas

¹ Professora adjunta de Filosofia na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutora em Filosofia. Endereço eletrônico: patricia.aranovich@unifesp.br.

² Em cada um destes escritos a história ocupa um lugar específico. Evidentemente, na “História de Florença”, ela é o próprio objeto e é contínua, enquanto que nos outros dois é matéria de comentário e aparece de modo fragmentado, na forma do exemplo. Como já discuti em outro trabalho (este intitulado “História e Política em Maquiavel”), os exemplos (*exempla*) são, em Maquiavel, predominantemente constitutivos da argumentação, ou seja, não têm um caráter apenas ilustrativo. Tanto nos “Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio” como em “O Príncipe” os exemplos históricos, presentes ou passados, são a própria matéria de onde a reflexão deriva e estão presentes em todos os capítulos das obras, exceto o capítulo 15 de “O Príncipe”, onde o próprio método histórico é apresentado. Essa onipresença da história está prevista já na apresentação de suas obras a seus destinatários, pois o conhecimento que Maquiavel afirma que seus livros oferecem provém do seu estudo e de sua experiência, do diálogo com os antigos e do relato da prática política: as “coisas do mundo”. As coisas do mundo englobam aquilo que é e foi vivido pelos homens e pode ser transmitido como experiência de vida. Em “O Príncipe”, este conhecimento das coisas do mundo é apresentado por Maquiavel como algo que ele possui e oferece como presente ao príncipe: “uma longa experiência das coisas modernas e um contínuo estudo das antigas” (O Príncipe, Dedicatória). Nos *Discursos*, Maquiavel enuncia esse conhecimento de um modo quase idêntico: “eu expressei o quanto sei e o quanto aprendi por uma longa prática e contínuo estudo das coisas do mundo” (*Discursos*, Proêmio).

³ Indica o caráter de cada homem e suas inclinações, e o resumo das possibilidades pode ser lido no capítulo 15 de “O Príncipe”.

⁴ Temos, por exemplo, em “Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio”, (2007a, III, cap. 6): “*Accadde che, venendo Pandolfo, ed avendo fatto colui il cenno, riscontrò uno amico che lo fermò*”; II, 17: “*perché con più facilità le fanterie, nello accostarsi al nimico, possono fuggire il colpo delle artiglierie, che non potevano anticamente fuggire l'impeto degli elefanti, de' carri falcati, e d'altri riscontri inusitati, che le fanterie romane riscontrarono*”; n°O Príncipe, 26: “*e li Svizzeri hanno ad avere paura de' fanti, quando li riscontrino nel combattere ostinati come loro*”.

⁵ O que não significa que não haja um uso sistemático de certas palavras em certos contextos, caracterizando um vocabulário conceitualmente coerente.

⁶ Cabe aqui marcar essa distinção de vocabulário, pois é preciso ressaltar que, quando utilizamos a palavra história neste contexto e, mais importante, quando Maquiavel escre-

ve esta palavra, ele se refere à narrativa ou narrativas dos acontecimentos (é mais frequentemente lermos “*istorie*”, no plural), ou seja, aos relatos históricos concretos: a história de Tito Lívio ou de Salústio, ou ainda, a história de Veneza ou de Florença, tal como narrada por algum cronista ou historiador. Portanto, quando Maquiavel discute a história, aliás, como se discutia a história até o Renascimento, e mesmo depois, ele pensa a história como obra de alguém e, desse modo, com as circunstâncias que guiam seu autor. Nota-se, por exemplo, no prefácio do livro II dos “Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio” o modo como ele se refere aos testemunhos ou memória do passado – a “memória que delas [coisas passadas] deixaram os escritores” (Discursos, Prefácio) –, atribuindo-lhes falsidade em razão do fato de que aqueles que o registram distorcerem o que de fato ocorreu. A esse registro enganoso, contrapõe a verdade do passado, o qual denomina, genericamente, ‘coisas’ ou ‘tempos’, sempre com um qualificativo: as coisas antigas, as coisas passadas, os tempos passados etc. O conhecimento do mundo e dos acontecimentos, portanto, passa pela apreensão dessas coisas ou tempos, no passado, no presente e, com a prudência, no futuro. As coisas do mundo ou coisas humanas designam sempre o que ocorreu, ocorre e ocorrerá, designam, assim, aquilo que chamamos história; entretanto, segundo Maquiavel, há identidade entre o modo como as coisas ocorrem, fazendo com que a história seja constante, apesar de variável. Eis uma das formas pela qual se dá essa uniformidade: “E, pensando no modo como tais coisas acontecem, concluo que o mundo sempre foi de um mesmo modo, que nele sempre houve o bom e o mau, mas que há variações entre este mau e este bom, de uma província para outra, conforme se vê pelo conhecimento que temos dos reinos antigos, que variaram de um para o outro de acordo com a variação dos costumes, embora o mundo permanecesse sempre o mesmo”. (*Discursos*, II, proêmio).

⁷ Com relação ao vocabulário referente aos tempos e à ação dos homens, observa-se que ‘os tempos’ ou a ‘natureza dos tempos’ indicam os estados de conflito, de ordenação, de corrupção, de guerra, de paz, de fraqueza, de força, de ócio, de ascensão, de queda, de desordem, de ordem etc. Os tempos, por exemplo, podem dizer respeito às situações em que a república está corrompida e àqueles em que ela não está. As coisas do mundo, maiores que um homem ou mesmo que um povo, são, para eles, a imagem da necessidade, isto é, daquilo que não pode ser alterado, ou seja, que é tal como é. A necessidade indica, por exemplo, a natureza do solo de uma região, como vemos no primeiro capítulo dos *Discursos*, ou o próprio fato de que algumas coisas são ‘sempre’, de uma mesma maneira. É possível perceber, na escrita de Maquiavel, o que ele considera necessário, o provável, o improvável, o possível e o impossível, que são marcados pelos advérbios sempre, nunca, dificilmente, facilmente, quase sempre e outros similares; todas essas indicações estão dadas pela análise, em grande parte, do que ele chama “uma longa experiência das coisas modernas e um contínuo estudo das antigas” (O Príncipe, Dedicatória). É a partir disso que ele pode retirar o verossímil e o inverossímil nas coisas e nas ações. Mas há também, nas coisas do mundo, o elemento imponderável, que recebe o nome de Fortuna e que, por vezes, mostra mais ou menos força, mesmo nos textos de Maquiavel. É bastante difícil definir o peso que ela tem nas avaliações históricas de Maquiavel, ou para a tradição, e foi dito que, nos momentos mais difíceis, a ela é atribuída maior potência. Maquiavel sempre a invoca para tratar seus próprios infortúnios, mais ainda que os de Florença, para os quais ele encontra muitas explicações necessárias. Uma das faces da

Fortuna ou, mais exatamente, um de seus dons, é a Ocasão, que é sempre algo positivo e pode ser entendida em termos mais mundanos como uma conjuntura histórica favorável a determinado tipo de ação ou conduta.

⁸ Que foram os principais exemplos analisados no capítulo 25 de “O Príncipe”.

⁹ “*Credo, ancora, che sia felice quello che **riscontra** el modo del procedere suo con le qualità de' tempi; e similmente sia infelice quello che con il procedere suo si discordano e' tempi?*”.

¹⁰ “Porém, nossa república não foi constituída pelo engenho de um, mas de muitos, nem durante a vida de um homem, mas em alguns séculos e gerações. Pois [Catão] dizia jamais ter existido um engenho tão grande – alguém a quem nada escapasse – e que nem todos os engenhos reunidos em um só poderiam prever tanto, [a ponto de] abarcar em apenas um momento tudo, sem a experiência das coisas em sem amadurecimento” (*Sobre a república*, II, 2. In: BERNARDO, Isadora Prévêde. *O De Re Publica, de Cícero: natureza, política e história*. 2012. 215 f. Dissertação - USP. São Paulo, 2012).

¹¹ MAQUIAVEL, 2007a, III, cap. 8.

¹² Vemos que em Cícero, para quem a magnanimidade é a virtude por excelência do homem político, a cupidez é o principal vício que a acomete: “é odioso que dessa elevação e grandeza de alma nasçam tão facilmente a pertinácia e a paixão desmedida pela primazia [*cupiditas principatus*] [...] com efeito, quanto mais o homem se destaca pela magnanimidade, mais aspira a ser o primeiro ou mesmo o único”. (CÍCERO, 1999, I, 64).

¹³ Considerando o uso técnico que Maquiavel faz dos termos ‘matéria’ e ‘forma’ neste contexto, Pocock assinala a que se referem: “é impressionante notar o quanto Maquiavel se serve da linguagem teológica em seu tratamento da corrupção: as leis, as constituições, e mesmo as estruturas da virtude concernem à forma, e o legislador como aquele que impõe a lei (sem falar do reformador) procura impor uma forma à matéria da república, que é certamente seu material humano constitutivo. Em certos capítulos dos *Discorsi*, nós notamos o hábito de utilizar matéria como um termo quase familiar para designar a população de uma cidade; mas na teoria da corrupção, seu emprego é técnico”. (POCOCK, 1997, p. 215). A matéria é aquilo que pode ser ordenado, como na fundação, mas também o que é desordenado pelo tempo, ‘pouco a pouco’, ‘de geração em geração’, isto é, progressiva e mesmo lentamente. A forma imposta à matéria pode ser boa ou má, mas independentemente da qualidade da forma que lhe é imposta, o movimento da matéria tende à desordem ou, em outros termos, a negar a forma. Esta corrupção, por sua vez, pode ser reforçada por más condutas ou impedida pela frequente renovação.

¹⁴ Para o conceito de político e sua aproximação com civil, ver “The history of the word *politicus* in early-modern Europe”, de Nicolai Rubinstein. In: *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge [Cambridgeshire]; New York: Cambridge University Press, 1987, pp. 41-56.

¹⁵ Cf. MAQUIAVEL, 2007a, I, cap. 16-18.

¹⁶ Essa iconografia é evocada no capítulo 6 de “O Príncipe” e pode ser lida integralmente no poema que ele dedica à Ocasão, aqui reproduzido: “Quem és tu, que não pareces mulher mortal, de tanta graça que o céu te adorna e dota? Por que não repousas? e por que em teus pés tens asas? — Sou a Ocasão, por poucos conhecida; e a razão pela qual sempre me agito,/ é que tenho um pé sobre uma roda. Voar não há que ao meu correr se iguale; mas as asas aos meus pés mantenho, para que minha corrida a todos iluda. Meus esparsos cabelos na frente os tenho; com eles recubro o peito e o rosto, para que não me

reconheçam quando venho. Todo cabelo me foi tirado detrás da cabeça, por isso, em vão, alguém se afina se lhe acontece que eu o tenha ultrapassado ou se me viro. — Diga-me: quem é aquela que contigo vem? — É a Penitência; por isso perceba e entenda: quem não sabe me apanhar, essa retém. E tu, enquanto gastas o tempo falando, ocupado com muitos pensamentos vãos, não te dá conta, infeliz! e não compreendes que te escapei de entre as mãos”. (Capítulo della Occasione: MACHIAVELLI, N., *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 18, 1/2011, pp. 231-247 - Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/issue/view/4591/showToc>>. Acesso em 22 de set. de 2013).

¹⁷ Elevação essa que é responsável pelo caráter forte da ocasião aqui representada, pois se trata do momento da ação política mais grandioso: a fundação.

¹⁸ Vemos que o termo desejo, em Maquiavel, é tanto empregado de modo positivo como negativo. Assim ele pode tanto ser aproximado da ambição, como, neste caso, “ancora che i nobili desiderino tiranneggiare, quella parte della Nobilità che si truova fuori della tirannide, è sempre inimica al tiranno; né quello se la può guadagnare mai tutta, per l’ambizione grande e grande avarizia che è in lei non potendo il tiranno avere né tante ricchezze né tanti onori che a tutta satisfaccia” (MAQUIAVEL, 2007a, I, cap. 40), como da ação útil e grandiosa “*Potrebbe si dare in sustentamento delle cose soprascritte infiniti esempi; come Moises, Licurgo, Solone, ed altri fondatori di regni e di repubbliche, e’ quali poterono, per aversi attribuito un’ autorità, formare leggi a proposito del bene comune: ma li voglio lasciare indietro, come cosa nota. Addurronesolamente uno, non si celebre, ma da considerarsi per coloro che desiderassono essere di buone leggiordinatori [...]*”. (MAQUIAVEL, 2007a, I, cap. 9).

¹⁹ A *virtù* – essa palavra que, em Maquiavel, tem significado tão controvertido a ponto de, muitas vezes, não ser traduzida em outras línguas da forma mais evidente; ou seja, virtude, quando é traduzida, isso é feito com tantas ressalvas que é quase o mesmo que não fazê-lo – tem em sua raiz latina o sentido que pode melhor esclarecer, na maioria das vezes, o lugar que ocupa no texto de Maquiavel, vis é força, nos vários sentidos que isso pode ter, e Maquiavel afirma que não importa tanto qual é especificamente o modo de proceder de um homem ou de um povo desde que ele tenha *virtù*, a força para fazer. A *virtù*, força, tomada, pois em seu primeiro sentido, é força ou virilidade. Ménessier justifica a tradução: “‘Virtude’ é sem dúvida o melhor termo, pois, por um lado, põe a ênfase na significação não moral da noção (presente em francês quando se diz de uma planta que ela tem muita virtude, isto é, que as qualidades medicinais que dela se esperam nela se encontram plenamente), e com isso se subentende que Maquiavel realizou a emancipação da política em relação à moral comum; e, por outro, ele introduz um sutil equívoco, igualmente presente na obra: o florentino não só emancipou a política da moral, ele inverteu a relação que filósofos como Platão, santo Agostinho e são Tomás tinham instituído entre elas; portanto, ele inventou a moral mais propícia para a política, ou então regenerou a moral por meio da política”. (MÉNESSIER, 2012, verbete Virtude (virtù)).

²⁰ “E, para provar isso, digo que há três tipos de exército. O primeiro é aquele em que há furor e ordem, porque da ordem nascem o furor e a *virtù*, como ocorria com os romanos, pois em todas as histórias se lê que naquele exército havia uma boa ordenação, que introduzira uma disciplina militar duradoura. Porque num exército bem ordenado ninguém precisa fazer nada mais do que manter as regras; e ver-se-á que, no exército romano – que dominou o mundo e por isso deve ser tomado como exemplo por todos os outros

exércitos –, não se comia, não se dormia, não se deitava com meretrizes, não se realizava nenhuma ação militar ou doméstica sem ordem do cônsul. Porque os exércitos que agem de outro modo não são exércitos verdadeiros; e, se dão mostras de ser um exército, fazem-no por furor e ímpeto, e não por *virtù*. Mas, quando a *virtù* ordenada usa o furor na medida e no tempo devidos, nenhuma dificuldade o acovarda nem lhe tira o ânimo: porque as boas ordenações renovam o ânimo e o furor, alimentados pela esperança de vencer, que nunca faltará enquanto as ordenações estiverem firmes. O contrário ocorre aos exércitos nos quais há furor, mas não ordenação, como era o dos franceses, que no combate cediam porque, não conseguindo vencer no primeiro assalto e não sendo sustentados por uma *virtù* ordenada, arrefecia aquele furor, no qual depositavam as esperanças (e, afora ele, não tinham nada em que confiassem), e eles cediam. Os romanos, ao contrário, receando menos os perigos por terem boas ordenações em seus exércitos, não perdiam a confiança na vitória e, firmes e obstinados, combatiam com o mesmo ânimo e a mesma *virtù* tanto no fim quanto no começo: aliás, agitados pelas armas, sempre se animavam mais. A terceira espécie de exército é aquela na qual não há furor por natureza nem ordenação por acidente: são os exércitos italianos dos nossos tempos, de todo inúteis, que, se não deparam com um exército que fuja, por algum acidente, nunca vencem”. (MAQUIAVEL, 2007a, III, cap.36).

²¹ Para uma introdução à ideia de similitude, ver FOUCAULT, M. *La prose du monde*. In: “Les mots et les choses”. Paris: Gallimard, 1966.

²² O tema da imitação, que vem da Antiguidade e toma uma enorme força no Renascimento ligada ao próprio sentido de seu nome, produz inúmeros textos sobre seu verdadeiro sentido, entre os quais o debate entre Bembo e Giovanni Francesco Pico della Mirandola, “*De Imitatione*”, e tem bela exposição de seu sentido por Petrarcanas duas cartas a Giovanni Boccaccio, datadas de outubro de 1359 e de outubro de 1365 (Familiares, XXII 2 e XXIII 19). Sobre o tema, pode-se ainda consultar a coletânea LECOQ, A. M. (Org.). “*La Querelle des Anciens et des Modernes*”. Paris: Gallimard, 2001. A imitação é censurada severamente por Maquiavel, que se deve não a sua prática, mas aos seus objetos, denominados por ele de moles (cf. os proêmios de “*A Arte da Guerra*”, e dos *Discursos*, I).

²³ “Não ignoro que muitos foram e são de opinião de que as coisas do mundo são governadas de tal modo pela fortuna e por Deus que os homens não podem corrigi-las com a prudência, e até não têm remédio algum contra elas. Por isso, poder-se-ia julgar que não devemos incomodar-nos demais com as coisas, mas deixar-nos governar à sorte”. (MAQUIAVEL, 2011, p. cap.25).

²⁴ Horkheimer interpreta a liberdade em Maquiavel a partir de seus condicionamentos: “Machiavel deixou à atividade humana uma margem de liberdade no interior da qual as decisões da vontade podem influenciar o curso da natureza e da sociedade. Há nos homens alguma coisa de irreduzível aos fatores naturais, uma faculdade que se deve atribuir a uma força que transcende a natureza, a um absoluto, a uma graça ou a um livre-arbítrio? Contrariamente às correntes protestantes, o pensador da Renascença respondeu pela negativa a esta interrogação. Quando Machiavel divisa a possibilidade de tomar decisões livres, ele não subtende de nenhuma forma uma instância exterior ao curso da natureza; a vontade é tão condicionada por fatores naturais, os instintos, as tendências naturais contra as quais ninguém pode agir como a queda de uma pedra é determinada por seu peso. Ainda que ela não seja fundada nem desenvolvida, já se encontra em Maquiavel

a idéia filosófica da inclusão dos instintos humanos no grande mecanismo da causalidade. O homem é um pedaço da natureza e não pode de nenhuma forma se livrar de suas leis. Ele não é livre senão na medida em que pode agir com base em suas próprias decisões; ser livre não significa ser libertado dos condicionamentos naturais”. (HORKHEIMER, 1974, p. 34).

REFERÊNCIAS

ARANOVICH, P. F. **História e Política em Maquiavel**. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

CÍCERO. **Dos Deveres**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HORKHEIMER, M. **Les débuts de la philosophie bourgeoise de l'histoire**. Paris: Payot, 1974.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

_____. **O Príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **História de Florença**. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.

MÉNISSIER, T. **Vocabulário de Maquiavel**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RUBINSTEIN, N. “The history of the word *politicus* in early-modern Europe”. In PAGDEN, Anthony (Ed.). **The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe**. Cambridge [Cambridgeshire]; New York: Cambridge University Press, 1987, p. 41-56.

POCOCK, J.G.A. **Le Moment Machiavélien**. Paris: PUF, 1997.

PRÉVIDE BERNARDO, Isadora. **O De Re Publica, de Cícero: natureza, política e história**. 215 f. Dissertação – FFLCH- USP. São Paulo, 2012.